

A TERRITORIALIDADE DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO FEDERAL (PA) NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ

THE TERRITORIALITY OF THE FEDERAL PROJECTS SETTLEMENTS (PA) IN THE TERRITORY CANTUQUIRIGUAÇU, STATE PARANÁ

Estevan Leopoldo de Freitas COCA¹

Resumo: Neste artigo, fazemos uma análise da territorialidade dos Projetos de Assentamento Federal (PA's) do Território Cantuquiriguaçu, no estado do Paraná. Tomando por referência resultados obtidos em campo, quando visitamos os PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu e Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu. Esses assentamentos são consequência da luta pela terra, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) através da ocupação do maior latifúndio do sul do Brasil, pertencente a empresa Giacommet-Marodin. Mostramos como a territorialidade desenvolvida no assentamento começa a ser gestada ainda na ocupação, tendo grande influência da concepção de desenvolvimento que o MST possui.

Palavras-chave: reforma agrária; assentamentos rurais; Projeto de Assentamento Federal; MST.

Abstract: In this article, we do an analysis of territoriality of the Federal Settlement Projects (PA's) of the Território Cantuquiriguaçu in the state of Paraná. Taking as reference the results obtained in the field, when we visited the PA's Ireno Alves dos Santos and Marcos Freire in Rio Bonito Iguaçu and Celso Furtado, in Quedas do Iguaçu. These settlements are the result of the struggle for land held by the Movement of Landless Rural Workers (MST) by occupation largest estate in the south of Brazil, the company owned Giacomett Marodin. We show how the territoriality developed nesting begins to be gestated still in occupation, having great influence of conception development that has MST.

Keywords: agrarian reform, rural settlements; Federal Settlement Project; MST.

Introdução

Neste trabalho apresentamos alguns dos resultados da dissertação “Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná”². Por meio dessa, estudamos a territorialidade de três tipos de assentamentos: o Projeto de Colonização (PC); o Projeto de Assentamento Federal (PA) e o Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB) e mostramos como a reforma agrária brasileira deve ser entendida considerando-se a diversidade dos camponeses assentados e dos territórios destinados à reforma agrária.

¹ Doutorando em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). e-mail: estevanleopoldo@yahoo.com.br.

² Trabalho financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e orientado pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

Aqui, destacamos aspectos que caracterizam a territorialidade dos assentamentos do tipo PA no Território Cantuquiriguaçu, que é um conjunto de 20 municípios pertencentes às mesorregiões Oeste e Centro-sul Paranaense. Entendemos a territorialidade como as táticas e as ações para manter o controle dos territórios, como mostrado por Raffestin (1993, p. 158-159):

A territorialidade [...] reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

De tal modo, ao exercer a territorialidade, os grupos ou indivíduos do território exercem relações de poder através das quais gerem o espaço de existência e/ou produção. Essas relações referem-se tanto à intenção de modificar a natureza, quanto às relações sociais.

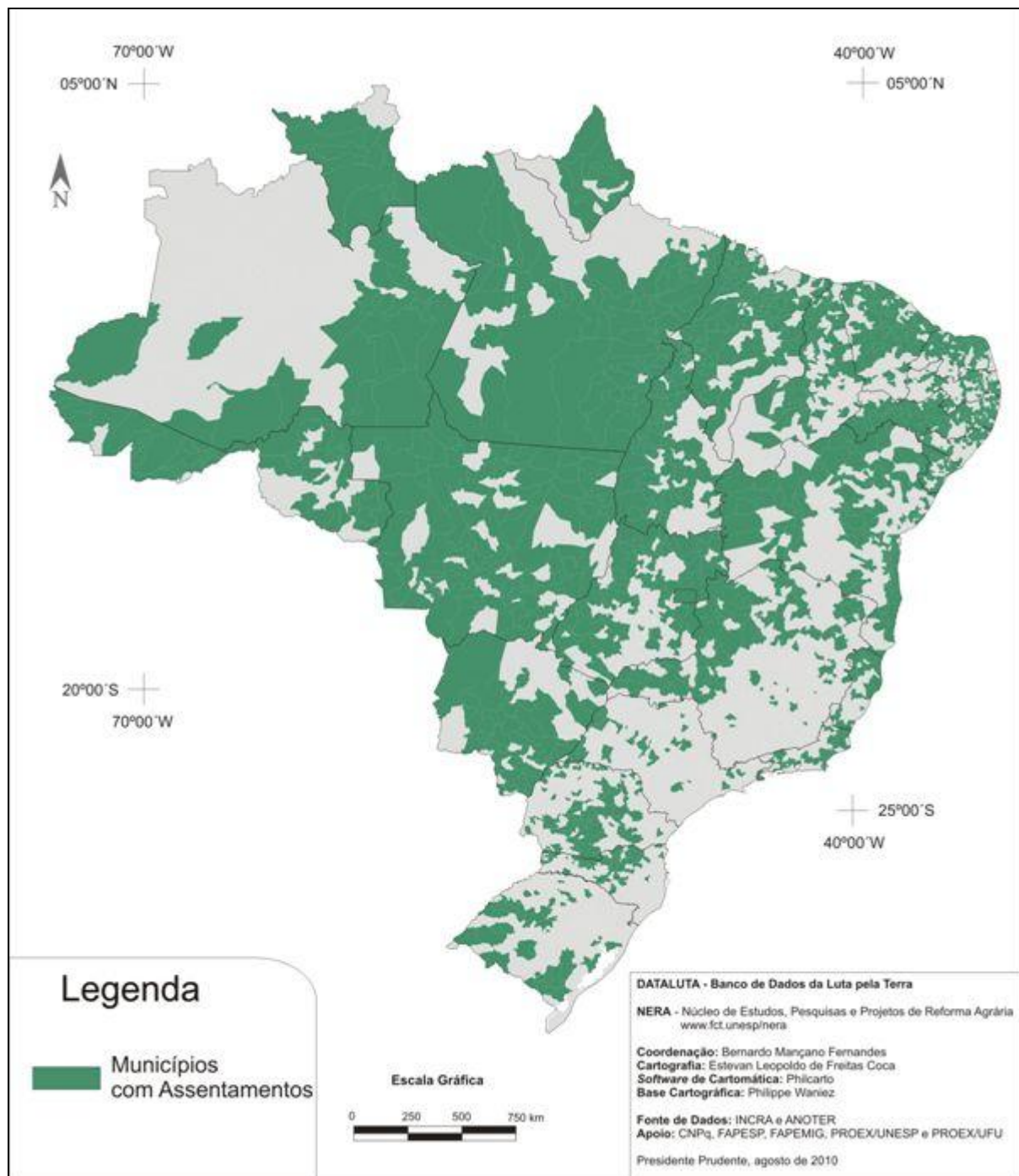
Demonstramos como o período de luta pela terra gerou nos camponeses que futuramente seriam assentados uma consciência de classe que se materializa na territorialidade dos assentamentos. Nesse caso, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) é de grande relevância no trabalho junto aos assentados.

Dividimos o artigo em três partes, além da presente Introdução e das Considerações Finais. Na primeira, destacamos a territorialização dos assentamentos do tipo PA no Brasil, demonstrando como eles se destacam como tipo que mais tem sido utilizado. Na segunda, destacamos o período de luta pela terra em que os camponeses, através da ocupação, conquistaram os assentamentos. Na terceira, demonstramos resultados de visitas à campo que foram realizadas em três assentamentos do tipo PA no Território Cantuquiriguaçu: Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, localizados em Rio Bonito do Iguaçu e Celso Furtado, localizado em Quedas do Iguaçu. Nessas visitas, analisamos as territorialidades desenvolvidas nesses assentamentos e as apresentamos através das seguintes dimensões do território: social, política, econômica e ambiental.

A representatividade dos PA's para a territorialização da reforma agrária no Brasil

Dentre os 20 tipos de assentamentos de reforma agrária registrados no Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta), o PA é o que possui maior número. No Brasil, correspondem a 77% do total, com 69% das famílias e 37% da área, estando presente em todas as unidades federativas (Mapa 01). Esta discrepância entre os números de assentamentos e de famílias, comparados a área é explicada pelo fato de os assentamentos PA terem características agropastoris. Especialmente na região Norte, alguns assentamentos possuem características agroflorestais, onde os lotes são maiores, devido às territorialidades neles desenvolvidas. No Paraná, a predominância do PA é ainda maior, correspondendo a 93% dos assentamentos implantados e 92% das famílias assentadas e da área. No Território Cantuquiriguaçu, são 87% dos assentamentos, 95% das famílias e 91% da área. Portanto, este tipo de assentamento corresponde à maior parte das ações de reforma agrária que têm sido efetivadas no Brasil nos últimos 25 anos. Entendê-lo é fundamental para tecermos uma interpretação sobre a atualidade das políticas de territorialização do campesinato no território nacional.

MAPA 01 – Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais – 1969- 2009 Municípios com Assentamentos do tipo PA



O processo de implantação destes assentamentos foi intensificado após a redemocratização do Brasil, em meados da década de 1980. Isso demonstra que estão relacionados a uma conjuntura de fortalecimento dos movimentos socioterritoriais e a consequente intensificação da luta pela reforma agrária. Por isso, 78% dos PA's são oriundos da desapropriação de terras, consequência das ocupações realizadas pelos camponeses organizados. Assim, a análise deste tipo de assentamento passa pela compreensão da correlação de forças entre os movimentos socioterritoriais, o capital (concentrador de terra e

poder) e o Estado. É isso que vai mostrar o histórico da implantação dos PA's estudados nesta pesquisa, como veremos no tópico à seguir.

A conquista dos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Celso Furtado: do território do latifúndio ao território do campesinato

Para a análise dos PA's do Território Cantuquiriguaçu visitamos 3 assentamentos, que são o Ireno Alves dos Santos e o Marcos Freire, localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu e o Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu. O histórico da implantação destes assentamentos está relacionado com o enfrentamento do MST com o maior latifúndio do sul do Brasil, pertencente à empresa Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras – S.A., com sede em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Este latifúndio ocupava 83 mil ha, se estendendo pelo território dos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Nele, a principal atividade desenvolvida até então era a exploração de madeira. Contudo, grande parte deste território não era explorada, por este motivo ele despertava o interesse dos camponeses sem-terra, que viam ali a possibilidade de desapropriação tendo como fim a reforma agrária.

Conquistar este latifúndio era um antigo desejo dos movimentos de luta pela terra no Paraná. Os primeiros enfrentamentos ocorreram no ano de 1980, quando surgia no estado um enorme contingente de agricultores sem-terra, em razão dos efeitos devassos gerados pela “modernização conservadora” pela qual passou a agricultura brasileira³. Inspirados em outras lutas que vinham ocorrendo no sul do país, especialmente em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, agricultores sem-terra ocuparam 1.000 ha do latifúndio, já que a imprensa havia noticiado que ele havia sido desapropriado. Todavia, imediatamente houve a reação dos latifundiários, que contavam com o apoio de jagunços e da Polícia Militar paranaense. Sobre esse episódio, escreve Fernandes (1999, p. 55):

Foi uma operação de terror: rajadas de metralhadoras por sobre a cabeça das pessoas deitadas; amarraram outras em árvores e torturaram. Foram despejados, mas ficou a marca, tanto nos corpos de muitos trabalhadores como em suas mentes. Aquele latifúndio haveria de ser conquistado. Do decreto de desapropriação não se falou mais. O Incra não se manifestou. Àquela terra tinha um destino: a conquista pelos camponeses. Era uma questão de tempo, de se fazer a história.

Passado este acontecimento, o MST se estruturou no Paraná, unificando sua luta com a de outros movimentos que atuavam no estado, dentre estes o Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Paraná (Mastro), o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes) e o Movimento Terra e Justiça (MTJ). Em janeiro de 1984, ocorreria em Cascavel o 1º Encontro Nacional do movimento, acontecimento que marcou a sua fundação. A partir destes fatos, se intensifica a territorialização do MST por outros estados da federação (FERNANDES, 1999), vindo a se tornar o maior e mais organizado movimento socioterritorial da América Latina.

Esse fortalecimento do movimento ocorria concomitantemente ao processo de redemocratização do Brasil, um período de mudanças nas diversas escalas de poder. Em 1982, a conjuntura ficaria ainda mais favorável a organização camponesa no Paraná, quando José

³ Na década de 1970 deixaram de existir 100.385 estabelecimentos agropecuários no estado do Paraná, ao mesmo tempo em que a população rural pela primeira vez deixava de ser maior do que a urbana (MORO, 2000).

Richa é eleito governador estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nomeando para a pasta da Secretaria da Agricultura o agrônomo Clauss Germer, conhecido defensor dos movimentos de luta pela terra.

Assim, dos meados da década de 1980 até meados da década de 1990 as ações dos sem-terra no Paraná impulsionaram a execução de algumas políticas de reforma agrária, especialmente através dos assentamentos do tipo PA. Contudo, a conquista do latifúndio da Giacomet-Marodin ainda se mantinha na agenda de lutas dos movimentos de luta pela terra. O relato de Danilo Ferreira, uma das lideranças MST, que vive no assentamento Ireño Alves dos Santos, demonstra como este território era visto pelos sem-terra:

[...] essa área, ela há muito tempo, desde que surgiu o MST no Paraná como organização, começou a se discutir; até porque (era) um dos principais, ou o principal latifúndio do Paraná e a intenção das lideranças era ocupar isso porque na verdade nós estaríamos fazendo uma disputa nos extremos com os fazendeiro e aí até quando ocupavam outras áreas os caras diziam: “porque vocês não ocupam a Giacomett”. Eles desafiavam no debate e por várias vezes foram feitos acampamentos aqui na região, pensando em reunir famílias pra ocupar essa área, mais nunca conseguimos chegar a um número bom de famílias para que se desse uma conjuntura favorável para se poder bancar uma ocupação desse nível, então, ia indo pra áreas vizinhas, tem aqui o assentamento Xagú, vários assentamentos em Cantagalo, Laranjeiras, poderia citar aí vários, mais eram famílias sendo organizadas tentando vim pra cá. Aí não dava o número suficiente você tinha que ir pra outro lado [...]. (Danilo Almeida - Liderança do PA Ireño Alves dos Santos - 16/03/2010).

A fala demonstra que enfrentar este latifúndio era, acima de tudo, uma disputa por território imaterial. Era uma questão de honra para os sem-terra ferir aquele que era, na região onde viviam, o maior expoente da relação produtiva que lhes causara a miséria. Em várias oportunidades, o movimento se organizou para conquistar este território, entretanto não houve forças suficientes para consegui-lo. Ocupar uma área tão grande e com tamanha representatividade não era algo que poderia ser feito de qualquer forma. Era necessária a organização de um número de famílias suficiente para resistir às ações dos latifundiários, na defesa de seu território.

As intenções que o MST possuía para este território no referido período também são expressas na entrevista concedida por Elemar Cezimbra, militante do MST que atua no Território Cantuquiriguaçu ao Jornal Sem-terra:

O latifúndio da empresa, com aproximadamente 100 mil hectares, rodeado de minifúndios e famílias camponesas pobres, era o sonho de todo sem-terra. No entanto, era temido por sua violência extrema, com uma guarda de pistolagem com mais de 60 homens fardados, que cometeram inúmeros assassinatos, com cadáveres enterrados nas matas e que até hoje não foram investigados. A área era totalmente grilada e, além de devastar totalmente a madeira de lei, era improdutivo. Em 1996, a região centro já contava com mais de 1,5 mil famílias assentadas, a maioria em lugares remotos, de difícil acesso, com extremas dificuldades de desenvolvimento. Neste momento, o MST nacional discutia que a Reforma Agrária tinha de ser feita em boas áreas e que o latifúndio, independente da dimensão que tivesse, não cumpria a função social. (ENGELMANN, 2009).

Fica claro que a conquista do latifúndio da Giacomet-Marodin fazia parte da estratégia de fortalecimento do MST no Território Cantuquiriguaçu. Através de suas lutas, o movimento já havia conquistado alguns assentamentos na região, porém, tinha-se o entendimento de que era preciso lutar por áreas dotadas de melhores condições, como era o caso desta propriedade.

Passados 16 anos da primeira ocupação realizada no latifúndio, em 1996 seria gerada uma conjuntura que possibilitaria novamente a ação dos sem-terra neste território. Em março deste ano, nas margens da BR-158, nos municípios de Saudade do Iguaçu e Laranjeiras do Sul são formados dois grandes acampamentos onde seria criado o espaço político que posteriormente possibilitaria a ocupação. No mês de abril, as cerca de 3 mil famílias que participavam destes acampamentos, totalizando quase 15 mil pessoas, saem em marcha rumo ao latifúndio, vindo, finalmente a ocupá-lo.

Ocorria assim, a maior ocupação de terras já registrada no sul do Brasil. O momento da entrada dos sem-terra, abrindo a porteira da fazenda ficou imortalizado nas fotos de Sebastião Salgado que ganharam notoriedade mundial. Na mobilização dos sem-terra houve grande contribuição da Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná (Coagri), que colocou sua infraestrutura a disposição dos sem-terra, com tratores, caminhões, carros e escritórios, demonstrando a solidariedade daqueles que já possuíam terra com aqueles que ainda não a possuíam (ENGELMANN, 2009).

A ocupação representava o enfrentamento do sem-terra contra o latifúndio. As famílias pertencentes ao MST manifestavam sua resistência perante o processo desigual e contraditório de desenvolvimento do capitalismo. Buscavam sua recriação. Com a ocupação é criado um novo espaço de luta pela terra, que é o acampamento (FERNANDES, 1999). As famílias que participaram da ocupação da fazenda da Giacomet-Marodin passam a morar no acampamento “Buraco”, que ficava instalado nas margens da BR-158, junto ao rio Xagú e próximo à sede da fazenda ocupada. Neste novo espaço de luta e resistência, os sem-terra viviam em situação de extrema miséria, todavia, adquirindo grande conscientização política, entendendo a importância de lutar coletivamente. Era uma pequena área, onde viviam as quase 15 mil pessoas. Dada a proximidade do Xagú, o mesmo local onde lavavam as roupas era de onde tiravam água para beber e fazer comida. Durante este primeiro período de acampamento, morreram cerca de 20 crianças, por fatores como a desnutrição e a insuficiência respiratória, motivada pela grande quantidade de fumaça que saía das barracas e não tinha para onde se dispersar, já que as barracas ficavam em uma área de depressão (INCRA, 2006).

Muito se destacou nesse período a atuação de uma religiosa católica chamada irmã Lia, que contribuía com a oferta de refeições para que os acampados, especialmente as crianças, tivessem um dieta alimentar mais equilibrada (HAMMEL; SILVA; ANDREATTA, 2007).

Já no acampamento começava a ser gestada a territorialidade dos assentamentos em estudo, pelo fato de o MST lá trabalhar com a organicidade de seus membros, visando à tomada de decisões pelo coletivo e evitando o individualismo. Foram formados grupos de 20 a 30 famílias, dentre os quais eram eleitos coordenador geral, de infraestrutura, saúde, alimentação, acompanhamento e negociação. Em cada grupo uma pessoa era incumbida de cuidar dos assuntos de educação e outra da catequese. Na reunião geral era tomado extremo cuidado para que não entrassem “penetras”, ou seja, pessoas que vinham em busca de obter informações que pudessem prejudicar as ações dos sem-terra (HAMMEL; SILVA; ANDREATTA, 2007).

Como as dificuldades de saúde, higiene, alimentação e moradia no acampamento se tornavam cada vez maiores, os acampados começam a criar estratégias de entrar efetivamente na fazenda. Nessa época, uma das lideranças que se destacava entre os acampados é a de

Ireno Alves dos Santos, que posteriormente seria homenageado com o nome de um dos assentamentos conquistados. Depois de algumas discussões eles resolvem agir e ocupam um ponto denominado “Portão”, que possuía um grande valor simbólico, pois nele existia uma guarita, onde ficavam vários pistoleiros visando proteger a fazenda. Neste episódio, cerca de 150 sem-terra prenderam os jagunços e os entregaram a polícia. Neste local, hoje existe o portão de acesso ao PA Ireno Alves dos Santos (Figura 01).

Figura 01: Portão de Acesso ao PA Ireno Alves dos Santos



Fotografia: Estevan Coca. Data: 16/03/2010.

Com a ocupação da área onde ficavam as guaritas parte do acampamento muda para lá. Passam-se três meses e nenhuma medida é tomada pelo Poder Público, indicando a desapropriação da área. Com isso, a situação de miséria dos acampados tornava-se cada vez mais alarmante. Eles não podiam produzir no “Buraco”, pois este era uma área de preservação. Em assembleia, decide-se por ocupar a sede da fazenda. Assim, milhares de sem-terra marcham para dentro da propriedade sob o grito de ordem: “É necessário plantar”. Depois de caminharem cerca 14 km se estabelecem em uma área 2.500 ha que estava sendo negociada para desapropriação, onde se dividem em 83 núcleos de trabalho.

Ali os acampados viveram durante alguns meses à espera da conclusão do trâmite do processo desapropriatório. Esta situação de espera só terminaria quando em 16 de janeiro de 1997 ocorreu um dos fatos mais dramáticos de todo o histórico de conquista da área. Dois acampados, Vanderlei das Neves e José Alves dos Santos haviam saído para trabalhar quando repentinamente são surpreendidos por pistoleiros contratados pelos latifundiários que os atacam com fuzis AR-15, assassinando-os (HAMMEL; SILVA; ANDREATA, 2007). As perícias realizadas demonstraram, devido às marcas de sangue no chão, que os pistoleiros arrastaram os corpos por cerca de 100 m mata adentro para que desse a entender que eles haviam invadido uma área da empresa que não estava sendo requerida para desapropriação.

Depois desse acontecimento, que causou grande repercussão política, o processo de desapropriação foi acelerado e enfim, no dia seguinte ao assassinato foram desapropriados 16.852 ha que deram origem ao PA Ireno Alves dos Santos. Todavia, nele foi possível o assentamento de apenas 900 famílias, outras 606, excedentes, permaneceram aguardando terra. Deve-se salientar que nesta fase, passados nove meses de acampamento, cerca de metade das famílias já haviam desistido, devido às dificuldades citadas acima. O processo de

escolha das famílias que seriam assentadas era denominado pelos acampados como “peneirão” (INCRA, 2006).

Em novembro de 1998, os acampados excedentes decidiram ocupar outra área do latifúndio, denominada “Paraíso”. Essa ocupação impulsionou a criação do PA Marcos Freire, também através de processo desapropriatório. Para este assentamento foi destinada uma área de 10.095 ha, divididos em 602 lotes. Como nesse intervalo, outras famílias que participavam do acampamento desistiram da espera, o número de assentados foi completado com famílias que integravam outros acampamentos do MST e um grupo de dissidentes do acampamento.

Assim, o enfrentamento dos camponeses sem-terra com o latifúndio culminava na criação de dois assentamentos, quase vinte anos após a primeira tentativa de ocupação da área. O sucesso na disputa por este território influenciou a incorporação de novas famílias à luta pela reforma agrária no Território Cantuquiriguaçu, mostrando que a implantação de assentamentos serve como trunfo dos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 1999). Deste modo, tendo como base a luta dos assentados nos PA’s Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, agricultores sem-terra iniciariam mais uma disputa com o latifúndio, a qual originaria o PA Celso Furtado.

Esta disputa começa quando em 1999, o MST no Paraná decide intensificar suas ações buscando a desapropriação dos cerca de 57.000 ha que ainda existiam do latifúndio da Giacomet-Marodin, que já havia mudado de nome, chamando-se Araupel – S.A. No dia 12 de janeiro de 1999 é formado um acampamento nas margens da BR-158, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. O acampamento duraria quatro meses até que fosse tomada a decisão de ocupar a área requisitada. A ocupação ocorreu na madrugada de 10 de maio de 1999, contando com a participação de aproximadamente 800 famílias, que se instalaram em uma área do latifúndio conhecida como “Bacia”, onde funcionava uma granja de suínos e também se produzia grãos (COTRARA, 2007). Nos primeiros meses depois de sua formação, o acampamento foi alvo de algumas investidas por parte de pistoleiros contratados pela Araupel, sendo que essas foram frustradas. Ocorreram também tentativas de despejo, contudo, devido ao grande número de famílias nenhuma delas foi concretizada.

A disputa seria incrementada quando na madrugada do dia 15 de julho de 2003, cerca de 1.500 famílias que estavam acampadas nas margens da PR-158 também ocuparam a propriedade da Araupel, como forma de pressionar o governo a transferir este território dos latifundiários para os sem-terra. São criados núcleos de dez famílias, sendo que cada cinco desses formaria uma brigada. Essa organização influenciaria posteriormente a divisão dos lotes. Essa disposição se dá ao redor de uma área onde ficava o silo da propriedade, formando o acampamento José Abílio dos Santos.

Assim, dois acampamentos são formados na área do latifúndio, o da “Bacia” e do “Silo”. As famílias que participavam de ambos são cadastradas pelo INCRA e no dia 17 de novembro de 2004 seria efetivada a arrecadação daquela área e oficializada a implantação do PA Celso Furtado. O assentamento ocuparia uma área de 23.733 ha, divididos em 973 lotes. Deve-se ressaltar, que até a realização das visitas a campo, essa questão do parcelamento ainda não era definida, já que devido a um reflorestamento feito com araucárias o número de lotes ainda pode ser modificado.

A territorialidade dos PA's: a influência do MST

Dimensão social

Durante o período de acampamento, os sem-terra pertencentes ao MST são conscientizados acerca da importância do coletivo. Decisões individuais enfraquecem a luta, dificultando a conquista e manutenção de territórios pelo campesinato. Essa ideia se reproduz após a conquista da terra, quando os assentamentos rurais são implantados, influenciando no modelo de gestão dos territórios. Práticas de organização social que começaram a ser formadas ainda no acampamento são mantidas no assentamento, configurando suas territorialidades.

O Plano de Consolidação do Assentamento Ireno Alves dos Santos (INCRA, 2004, p. 47) demonstra que a organização em grupos de famílias, utilizada ainda no acampamento é aplicada também no assentamento:

A população do assentamento Ireno Alves está distribuída nos lotes agrícolas. O conjunto de vários lotes próximos forma o *Grupo*. O Grupo é a organização primária do assentamento, tendo sua origem ainda no "acampamento", onde cada um deles recebeu um número que se conserva até hoje. No assentamento existem, distribuídos aleatoriamente, 41 Grupos, com uma média de 23 famílias por Grupo. O conjunto de vários Grupos situados numa determinada área forma a Comunidade que, em número de 15, estão espalhadas por todo o assentamento, sendo que a distância entre elas varia de 2 até 20 km.

Os grupos são formações elaboradas quando os camponeses ainda estavam acampados, sendo que em muitos casos, motivaram fortes laços de amizade. O funcionamento do grupo se dá "sem regras escritas, sem diretoria, sem conselho fiscal, sem eleição. Ele tem um coordenador e os integrantes" (INCRA, 2004, p. 48). As comunidades são formadas pela proximidade dos lotes. No assentamento, existem 15 comunidades, mais o Grupo 52, que reúne dissidentes do MST e que também é tratado como comunidade. Dentre estas comunidades, duas se diferenciam das demais pela infraestrutura que possuem. São elas a Arapongas (figura 02) e a Sede. Cada uma delas possui uma espécie de vila, onde estão as residências; estabelecimentos comerciais com fins variados (bares, mercados, agropecuárias); telefone público e outros.

Figura 02: Comunidade Arapongas - PA Ireno Alves dos Santos



Fotografia: Estevan Coca. Data: 16/03/2010.

Também no PA Marcos Freire este tipo de organização social se reproduz. Nele existem 11 comunidades e assim como ocorre no Ireno Alves dos Santos, essas comunidades estão organizadas em associações, que tem como função “a organização da Comunidade, pelo repasse de informações de interesse das famílias e pelos trabalhos visando à união do Assentamento⁴. Essas Associações estão legalizadas, possuem estatutos e registros jurídicos” (INCRA, 2006, p.41). Deve-se ressaltar que no PA Marcos Freire, a comunidade APRA se identifica como não pertencente ao MST, apesar de considerar que as lutas de ambos são unificadas.

De tal maneira, observam-se diferentes escalas territoriais nesses assentamentos. A primeira é o lote familiar, onde cada família opta pelas ações que serão desenvolvidas. A segunda é o grupo, sendo que este se forma através de um conjunto de famílias. A terceira é a comunidade, formada por vários grupos e que tem nas associações o seu vínculo formal. Por fim, tem-se a central de associações, que é a responsável pelo controle do território do assentamento como um todo. É importante frisar, que todas essas escalas de organização social do assentamento possuem uma forte influência do MST, que pode ser entendido como uma escala superior às demais. A própria forma de divisão escalar é característica do movimento (FERNANDES, 1999).

De modo semelhante, no PA Celso Furtado, a organização começa nos lotes com a família, que é a responsável na tomada de decisão sobre o seu território. Cada conjunto de cinco famílias forma um grupo (núcleo de base) e os núcleos juntos formam uma brigada. No Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) é explicada a proposta de divisão em comunidades a ser nele aplicada:

As famílias acampadas na área do futuro P.A. Celso Furtado, decidiram pela criação de 13 comunidades, das quais teriam duas categorias diferenciadas:
- *Comunidades Centrais*: serão 3, situadas nos atuais acampamentos existentes, da *Bacia* e do *Silo* e, outra na área conhecida como *Margarete*, as

⁴ No PA Marcos Freire a comunidade Santa Luzia é a única que não possui associação.

quais teriam todo tipo de serviços sociais (educação até segundo grau, posto de saúde com farmácia viva e complexo de lazer e esporte).

- *Comunidade Satélites*: serão 10, situadas em volta das três Comunidades Centrais, com a função principal de aproximar os serviços sociais básicos até as famílias que serão assentadas nos lotes mais distantes. O grau de dotação escolar destas Comunidades Satélites dependerá do perfil das famílias selecionadas, assim mesmo contaria com um pequeno posto de saúde (pronto socorro) e uma área de lazer e esporte (campo de futebol, cancha de bocha).

Dentro da área comunitária do *Silo*, vai se situar também uma escola técnica em agroecologia que abrangerá uma área aproximadamente de 48 hectares, ficando para a área propriamente comunitária um total aproximado de 22 hectares (COTRARA, 2007, p. 186).

É importante salientar, que o conteúdo do trecho acima se refere a uma proposta de organização dos lotes, contida no PDA. Na época em que este documento foi elaborado, os agricultores que hoje estão assentados viviam nos acampamentos do “Silo” e da “Bacia”, aguardando a definição sobre quem iria, de fato, ser beneficiado com a terra. Este documento foi elaborado com a participação das famílias, todavia, devido a irregularidades como a exploração de áreas que deveriam ser preservadas e a comercialização dos lotes, um novo PDA está sendo elaborado, agora sem a participação das famílias.

Observa-se, que a organização social destes três assentamentos do tipo PA possui como elementos de grande relevância o aprendizado trazido dos tempos de acampamento e o modelo de valorização do coletivo praticado pelo MST, através de suas táticas de luta pela conquista e permanência na terra. O coletivo é valorizado através de núcleos, comunidades, brigadas, agrovilas etc. São ações que visam à construção do território das escalas inferiores para as superiores. O território começa a ser moldado nos lotes, nas decisões tomadas por cada família.

É importante salientar, que o estímulo a nucleação das famílias e a organização dos lotes em comunidades é uma prática incentivada pelo MST em nível nacional, como forma de possibilitar maior socialização e inibir as tomadas de decisão individuais (GOLDFARB, 2007). É uma ação aplicada com o intuito de promover o desenvolvimento sociocultural das famílias assentadas, possibilitando o contato entre elas. Esse modelo de organização é observado nos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Celso Furtado. Todavia, deve-se lembrar, que mesmo tendo um incentivo por parte do movimento para o desenvolvimento de práticas coletivas, estes assentamentos tiveram na maior parte do parcelamento de seus territórios a opção pela disposição dos lotes em formato de quadrados, reproduzindo o modelo tradicional de implantação dos assentamentos rurais.

Esse sistema de parcelamento vem sendo questionado pelo MST, pelo fato de recortar o assentamento, tornando mais difícil a instalação de componentes da infraestrutura, em razão do isolamento das casas dentro dos lotes (GOLDFARB, 2007). De fato, esses empecilhos são observados nos assentamentos estudados. Existe muita dificuldade para o abastecimento de água, sendo que este acontece através de minas e poços artesianos, explorados nos lotes. Entretanto, não são todos os lotes que possuem boas condições para esta exploração, sendo chamados de “secos”. Quanto à energia elétrica, essa demanda só foi suprida recentemente, com a efetivação do programa “Luz para Todos” do Governo Federal, que é considerado pelos assentados como uma das heranças mais positivas do governo Lula. No que tange às estradas, nos três assentamentos não existe nenhuma que seja asfaltada. As estradas que existem neles podem ser divididas em principais e secundárias. Quase de maneira geral, as principais possuem boas condições, sendo “cascalhadas” e constantemente melhoradas pelo INCRA e pelas prefeituras. As secundárias apresentam condições precárias, muitas são

intransitáveis em períodos chuvosos. Isso traz dificuldades não só para o escoamento produtivo, como também para a circulação de pessoas, especialmente as crianças e jovens que se deslocam para as escolas.

A existência de agrovilas facilitaria o acesso à infraestrutura, um único poço artesiano poderia servir para várias famílias, por exemplo. Também não seriam necessárias tantas estradas secundárias. Entretanto, muitas famílias ainda resistem a este sistema, já que com elas seriam separados os espaços de vida e de produção, ou seja, a área onde se desenvolvem as plantações e criações ficaria mais distante da casa dos assentados. Além do valor simbólico que este fato traz para um camponês (SILVA, 2003), também existiriam maiores dificuldades para as mulheres, que além de trabalhar na agricultura desenvolvem serviços domésticos.

Sobre o processo de divisão dos lotes, Danilo Almeida, demonstra que a iniciativa foi do INCRA, que se utilizou da divisão em quadrados, como forma de recortar o antigo latifúndio. Todavia, essa liderança também demonstra que em muitos casos preservaram-se os vínculos estabelecidos entre as famílias ainda no acampamento.

[...] foi dividido o “taião”, o número de famílias já variava... Um grupo tinha 17 famílias, outro tinha 20, outro tinha 25 e aí o Incra definiu pegando fazer um travessão daqui se ia lá na BR e aí a tantos metros outro travessão fazendo os grande pedaços da (). Depois, cortavam outro travessão no sentido contrário e aí ficavam os grandes lotes, vamos dizer que cabia ali 20 famílias aproximadamente, às vezes 25 [...] Aquele grupo que tinha 25 famílias, por exemplo, ele pegou às vezes um lote, um quadrado daquele, um quadro que tinha o mesmo tamanho do grupo que tinha 17 famílias. Aí nós tivemos reunião em todos os grupos pra que a gente pegasse famílias desse grupo e levasse pra lá e o outro trazia pra cá. Então, isso deu uma certa interferência no tamanho ali dos espaço, só que teve grupo que bancou, falo: “Não! Eu peguei aqui, não vou sair!” Aí, você tinha, as vezes 22 famílias num grupo que nenhum queria sair da área, então, beleza, nós vamos marcar o “taião” de vocês aqui e vai ser isso, vocês vão fica com o lote menor. Aí os caras: “Não, eu não quero saber!” [...]. (Danilo Almeida - Liderança do PA Ireno Alves dos Santos - 16/03/2010).

O relato demonstra que apesar de o INCRA ter tomado frente no processo, também houve participação das famílias, que em muitos casos, prezaram pela permanência ao lado dos amigos que constituíram ainda no acampamento. No PA Celso Furtado, conforme relata Elder Marcelites, um novo elemento, além dos que foram observados nos demais influenciou na definição das famílias que ocupariam os lotes: a intenção das famílias em trabalhar com determinado tipo de produção:

[...] existia três formas de produção no assentamento. A forma de produção [...] orgânica, a convencional e a parte da madeira. Então, a partir do PDA, as famílias que se identificavam melhor com este tipo de produção, iam trabalhar nesse tipo de produção [...] as madeiras eram nas áreas que tinham reflorestamento de pínus, araucária e eucalipto. As áreas de agroecologia [...] foi determinado uma área com vistoria técnica aonde que seria mais viável a esse tipo de atividade. A convencional que era as outras demais áreas, que foi por brigada, cada família formava uma brigada. Foi por sorteio nessas área convencional. (Elder Marcelites - Liderança do PA Celso Furtado - 15/03/2010).

Mostra-se que a disposição das famílias no assentamento seria relacionada a um zoneamento de atividades produtivas que foi pré-estabelecido. Assim, seria reservada uma área de 11.875 ha do assentamento (50%) para a disposição dos lotes familiares, o restante seria destinado a áreas de reserva legal (27%), de preservação permanente (17%), de manejo sustentável (3%) e outros. Isso mostra que as condições ambientais influenciaram sobremaneira na disposição dos lotes do assentamento.

Nos três assentamentos, as famílias não possuem o título de propriedade dos lotes, tendo apenas a concessão de uso. O incômodo com tal fato é apresentado no relato de Danilo Ferreira:

[...] se tu tem um governo mais comprometido que é o exemplo do Lula, a gente fica tranquilo, mais se entra um governo meio complicado nós vamos ter problemas e talvez nós se apura pra discutir lá na frente. Nós estamos pensando que está na hora de tratar esse assunto e ver qual tipo que se encaixaria pra nós e aí construí na região, em nível de Estado, tem que se um conjunto de debate pra qual o passo nós vamos dar e como é que a gente entra mais nós vamos ter que se estica aqui. (Danilo Almeida - Liderança do PA Ireneo Alves dos Santos- 15/03/2010).

Danilo demonstra que ainda existe uma indecisão quanto ao tipo de documento que legitimará o território como pertencente aos camponeses assentados. A concessão de uso é um instrumento que possibilita ao camponês viver e produzir em um território que pertence ao Estado e não a ele. Esta concessão pode ser revogada, de acordo com o interesse de quem gere o Estado. Sendo assim, qual seria o modelo ideal de titulação dos lotes?

É sabido que o MST apoia que a titulação seja concedida de maneira coletiva, como um meio alternativo à propriedade privada da terra. De acordo com o artigo 189 da Constituição Federal, assim que o assentamento é obtido e os lotes são destinados às famílias, essas recebem títulos de domínio ou concessão de uso que durante um prazo de dez anos não podem ser negociados. O título de propriedade só pode ser concedido após esse prazo, desde que seja provado que o assentamento possui condições satisfatórias para que as famílias sejam consideradas capazes de se reproduzir autonomamente. Após isso, os beneficiários passam a pagar ao INCRA pelos lotes que lhes foram concedidos. Esse processo é denominado pelo INCRA como consolidação econômica do assentado.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o INCRA em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) incentivou a intensificação desse processo nos assentamentos, buscando que esses fossem consolidados. O MST se posicionou de maneira crítica, pois acreditava que com isso o Estado se esquivaria de sua responsabilidade com as famílias assentadas, e principalmente, possibilitaria que os assentados que possuíssem a intenção de vender os seus lotes pudessem fazê-lo. Essa questão da venda dos lotes vem sendo combatida pelo movimento, que vê na titulação coletiva uma alternativa que pode impedi-la. A titulação seria entregue a uma instituição jurídica que represente os assentados. No estado de São Paulo, projetos embrionários desta concepção têm sido implantados através das Comunas da Terra, como mostra Goldfarb (2007). Nestes casos, são criados assentamentos onde não é prevista a entrega de títulos individuais aos assentados e sim a associações ou cooperativas criadas para este fim. Para isso, tem-se utilizado os dispositivos legais que gerem os assentamentos do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), pois estes não preveem a titulação individual. O movimento acredita que assim, os assentados podem pensar no assentamento como um todo e não apenas nos seus lotes, facilitando a luta e o trabalho na terra de forma coletiva. Todavia, esta ideia ainda carece de amadurecimento. Como os assentamentos estudados não foram moldados

pensando-se em tal possibilidade, dificilmente assim também lá ocorrerá. O processo ainda está sendo debatido entre os assentados e entre esses e o INCRA.

Dimensão econômica

Desde o momento em que os camponeses que hoje estão assentados nos três PA's estudados ocuparam o latifúndio da empresa Giacomet-Marodin, estava sendo proposto o desenvolvimento de novas relações produtivas neste território. O latifúndio caracterizava-se pela baixa produtividade, pela existência de poucas culturas e pelo trabalho assalariado. Com sua substituição pelo assentamento, essas territorialidades são modificadas, com a existência de culturas diversificadas, voltadas, primeiramente, para o autoconsumo das famílias. É a substituição de um modelo produtivo por outro. Através desse novo modelo, as famílias assentadas lutarão pela permanência na terra, criando estratégias que garantam sua reprodução econômica.

A dimensão econômica da territorialidade dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire tem sido modificada desde o momento em que foram criados. Nos primeiros anos, após a implantação dos assentamentos, destacava-se a produção do feijão e do milho, atualmente a soja também tem se destacado. Entretanto, a principal produção neste tempo tem sido o leite. Esta mesma tendência é observada no PA Celso Furtado, já que existe uma proposta da Emater que visa garantir o leite como principal fonte de renda das famílias. Observa-se, que além da influência do MST na definição da territorialidade econômica destes assentamentos, também se destaca a do Estado, representado pelas agências de assistência técnica. Essas agências influenciam nas produções dos lotes, sendo que em muitos casos, o que era proposto pelas famílias nem sequer começa a ser desenvolvido, prevalecendo as propostas dos técnicos.

A territorialidade camponesa na dimensão econômica dos territórios destes assentamentos pode ser observada no processo e no produto das relações que os efetivam. O processo caracteriza-se pelo trabalho de base familiar, que é predominante nestes assentamentos, como mostram os Planos de Consolidação dos Assentamentos (PCA's) do Ireno Alves dos Santos e do Marcos Freire e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA) do Celso Furtado. Em épocas de colheita, quando o trabalho familiar não é suficiente, geralmente recorre-se ao trabalho de diaristas, que não possuem vínculo formal de trabalho. Contudo, conforme observamos nas entrevistas de Marcelites (2010)⁵ e Almeida (2010)⁶ não se têm conhecimento de casos de assalariamento nos lotes. É comum nas famílias a existência de pessoas que trabalham fora do assentamento, como meio de completar a renda. Dentre os trabalhos desenvolvidos, duas vertentes são as mais comuns: o comércio das cidades próximas e o funcionalismo público.

O produto da territorialidade é observado pela oferta de alimentos, ao contrário do que ocorre com o capital (agronegócio), que oferece *commodities*. Isso ocorre porque o objetivo da produção camponesa não é comercialização. A intenção primeira do que é gerado nos lotes é o consumo familiar e o excedente é comercializado. Os entrevistados não souberam dizer a média da renda das famílias, todavia, sabe-se que em casos extremos, chega-se a ganhar mais de sete salários mínimos com a produção de leite, enquanto outras famílias não conseguem

⁵ Entrevista concedida por Elder Marcelites. Projeto de Assentamento Federal Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu, em 15/03/2010.

⁶ Entrevista concedida por Danilo Ferreira de Almeida. Projeto de Assentamento Federal Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, em 16/03/2010.

sequer um salário mínimo, dependendo dos programas sociais do Governo Federal para suprirem algumas de suas necessidades básicas.

No assentamento Celso Furtado, a oferta de uma agricultura diferente da que é gerada pelo capital é observada na produção orgânica que é realizada por um grupo de trinta e duas famílias, organizadas em uma associação. A agricultura orgânica tem por fundamento a produção de alimentos sem o uso de insumos químicos e de organismos geneticamente modificados. No PDA, já é proposto que uma parte deste território seria destinada à produção orgânica, sendo que as famílias que não desejassem trabalhar com esta produção teriam que passar por sorteio para a definição dos lotes, as que tivessem essa intenção seriam poupadas desse processo. Assim, antes de os lotes serem destinados às famílias, aqueles que se interessavam em desenvolver a agricultura nestes moldes receberam um curso promovido pela ONG WWF Brasil, de duração de seis meses.

Na visita a campo, tivemos a oportunidade de conhecer o lote de Isidoro Manoel Luiz, que já foi presidente da associação de produtores orgânicos e que hoje atua como secretário desta mesma associação. Nesta ocasião, ele nos explicou um pouco da importância deste tipo de produção por parte dos assentados:

Acho que ela pode contribuir de várias formas. Primeiro, é a questão do produto sadio, sem químico, sem veneno [...] Contribui porque além da pessoa tá comprando um produto de qualidade e nos tá ajudando, contribui com a saúde dele também. Só pra tu ter uma idéia, aqui eu não vendo meus produtos na cidade, o pessoal pega aqui [...] eu não to me esforçando pra vender meu produto lá fora, eles pegam aqui e tem a certeza, pra deixar bem claro, nós não temos selo ainda, orgânico. Mais quando o consumidor lá fora confia em você, pego seus primeiros produtos orgânicos e confia em você o selo pra ele não tem muita importância.

O relato demonstra a diferenciação que o assentado faz da agricultura orgânica da convencional. Por meio da agricultura orgânica é ofertado um alimento mais saudável, o que acaba atraindo à atenção dos consumidores. Isidoro faz questão de frisar que não precisa sair de seu lote para vender os seus produtos, as pessoas vêm buscá-los. Entretanto, ainda existe a ausência do selo que garante o produto como orgânico. Este selo é concedido por entidades que fiscalizam as propriedades que se dedicam a este tipo de produção, como forma de garantir que nelas os procedimentos necessários para um produto orgânico estão sendo tomados. Mesmo com a dificuldade para certificação o assentado se mostra satisfeito com os resultados conseguidos até agora. Aqueles que optam pela produção orgânica têm a satisfação de oferecer uma agricultura mais saudável do que a ofertada pelo capital, como está expresso na placa de entrada de um dos lotes onde se desenvolvem tais práticas (figura 03).

Figura 03 - Placa Colocada na Entrada de um dos Lotes onde se Desenvolve a Agricultura Orgânica no PA Celso Furtado



Fotografia: Estevan Coca. Data: 16/03/2010.

A frase contida na figura demonstra a ideia de libertar a terra através da agricultura orgânica. A agricultura capitalista, através de seus métodos de exploração é entendida como geradora de relações que agridem o meio-ambiente e que contribuem para a exploração de grande parcela da população do campo. Dentre os produtos orgânicos gerados nos lotes existe uma grande diversidade, entretanto, destacam-se a produção de mandioca, batata, abóbora-moranga e milho. Constatou-se que apesar de ainda estar em fase de estruturação, a produção orgânica traz alguns dos elementos da territorialidade exercida pelo MST no assentamento.

Entendendo a territorialidade também como estratégia para permanência no território, constatamos que a opção por essa prática produtiva vai muito além da tentativa de criar meios diversificados para a obtenção de renda das famílias. Ela representa um posicionamento crítico frente ao modelo produtivo vigente, gerado pelo capitalismo.

A principal linha de crédito à qual recorrem os assentados do Ireno Alves dos Santos e do Marcos Freire é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Custeio Grupo A/C, que é destinado exclusivamente para beneficiários da reforma agrária e que possui limite de crédito de 5 mil reais. Contudo, com o grande número de inadimplentes dentre os assentados tem sido cada vez mais difícil conseguir acessar estes recursos. Como o Celso Furtado é o assentamento mais novo dentre os que estudamos na pesquisa, nele a modalidade do PRONAF que tem sido utilizada pelos assentados é a Investimento. Através desta são oferecidos 21 mil reais, que chegam aos assentados em três parcelas. Quando realizamos o trabalho de campo, os assentados já haviam recebido a primeira destas parcelas, sendo que grande parte deles estavam utilizando-a para organizar o espaço produtivo de seus lotes, colocando cercas, formando mangueiras, comprando animais e preparando as pastagens.

Quanto à comercialização dos produtos, ela ocorre na maior parte dos casos individualmente. É muito comum que a produção dos lotes seja comercializada com cooperativas da região. No Ireno Alves dos Santos e no Marcos Freire algumas famílias são beneficiadas pelo Programa de Aquisição Direta do Governo Federal, todavia, representam

uma pequena porcentagem. Já no Celso Furtado nenhuma família participa desse programa, justamente por que nele as famílias ainda estão organizando o espaço produtivo dos lotes.

Dimensão política

Os três PA's estudados tiveram origem na disputa do MST contra o maior latifúndio do sul do Brasil. São assentamentos conquistados através da luta pela terra, realizada por um movimento socioterritorial que tem muito bem definido o modelo de sociedade que almeja. Esta influência do MST não ocorreu apenas na organização dos trabalhadores para que eles conquistassem a terra, permanecendo também no assentamento, já que quase a totalidade das famílias assentadas ainda pertence ao movimento. O MST batalha por mudanças estruturais na sociedade, assim, a conquista de um pedaço de terra pelos camponeses é apenas uma etapa das mudanças aspiradas. Dentre as linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST, realizado em Junho de 2007, em Brasília, consta o objetivo de se "articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro" (MST, 2007), justificando esta afirmação.

Portanto, o MST apresenta uma proposta de sociedade onde o modelo capitalista de produção seria substituído por outro mais igualitário (socialismo). A terra seria compreendida como um espaço de vida, antes de ser um meio de se obter lucro. A tendência do capitalismo é expandir suas relações por outros territórios, utilizando-se de outras relações de trabalho diferentes da assalariada (OLIVEIRA, 1991). Como forma de resistência a este processo, para o MST o território do assentamento deve ser pensado antes de tudo como um espaço de resistência do campesinato frente ao capitalismo. Se no assentamento não houver condições para que a agricultura de base familiar se desenvolva, as relações capitalistas tomarão conta dele, fato que coloca em risco o controle dos assentados sobre o território. Esta ideia fica explícita na entrevista de Valdir Misnerovicz, integrante da coordenação nacional do movimento, ao *Jornal Sem-terra*:

Sempre estivemos atentos a esses debates de pensar o assentamento não somente como a conquista da terra. Pensar o assentamento como um espaço de organização do MST deu uma solidez ao Movimento. Levamos sempre em conta várias dimensões das vidas das famílias. Vidas que vão além das questões econômicas, mas que não deixam de pensar a renda das famílias. Mas que pensam também na lógica de resistência, que é o caso da educação, cultura, lazer, saúde e esporte. Pensar em assentamento é pensar em organização da produção, pensar em cooperação, educação voltada para a realidade do campo e em uma educação transformadora. O assentamento é muito mais do que pensar produção e viabilidade. (MISNEROVICZ, 2008).

Compreende-se o assentamento como um espaço de resistência da agricultura camponesa. O território do assentamento é tratado em sua multidimensionalidade. Não são focadas apenas as possibilidades de desenvolvimento econômico, apesar da importância destas para a reprodução social das famílias. Pensa-se também em outras dimensões, já que se não houver boas condições de desenvolvimento cultural, educacional, de saúde, esporte e lazer, o assentado terá dificuldades de permanecer na terra. Deste modo, seriam criadas as condições necessárias para que o modelo de produção camponês se desenvolva no território dos assentamentos rurais. Assim, o MST enxerga o território do assentamento como uma constante construção social, que se manifesta em diferentes tempos e lugares.

A influência do MST faz com que, em grande parte das famílias assentadas, exista um grande grau de politização. O aprendizado trazido da luta pela terra os leva a se posicionarem de maneira crítica frente às políticas que têm sido efetivadas no campo.

Como fator de destaque desta politização, destacamos a luta por um processo educacional que privilegie os valores do homem do campo. Para o MST, o posicionamento crítico, enquanto classe social, por parte dos assentados ocorrerá na medida em que a eles for ofertada uma educação que não despreza a condição camponesa de vida e produção. Considera-se que o atual modelo educacional faz com que as crianças e os jovens não sintam interesse em permanecer no campo, já que se valoriza o meio urbano, tratando-o como moderno e desvaloriza-se o meio rural, tratando-o como sinônimo de atraso (MST, 2009). A educação oferecida aos assentados deve ser entendida como um processo contínuo, onde o educando deve se experimentar no mundo para poder conhecer-se. Além disso, tem-se como premissa que educação é um processo de construção coletiva da libertação, já que ninguém se liberta sozinho (FREIRE, 1970). Deste modo, a conquista da terra deve ser acompanhada da conquista de escolas que tenham estas perspectivas para que a reforma agrária tenha sucesso.

Sendo assim, desde que ocorreu a ocupação do latifúndio da Giacomet-Marodin, uma das primeiras preocupações das lideranças dos sem-terra era com a oferta de educação às crianças. Foram construídos barracos onde as escolas funcionavam provisoriamente. Com a conquista da terra, são construídas escolas para que crianças, jovens e adultos não precisem ir até as cidades para serem educados. Hoje, existem nos assentamentos colégios que contemplam as diversas etapas do ensino de 1º grau. As prefeituras são responsáveis pelo Pré e pelo Ensino Básico e o estado do Paraná pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio. Nos assentamentos Ireo Alves dos Santos e Marcos Freire, existem 12 escolas, destas seis são de Ensino Básico, quatro de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio. Dentre essas, merece destaque o Colégio Iraci Salete Strozak, que é a escola-base de todas as escolas itinerantes⁷ do Paraná. Além dela, também destacamos o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), que fica localizado próximo aos assentamentos, sendo instalado na estrutura que sobrou de uma vila montada para servir de abrigo aos trabalhadores que se dedicaram a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no rio Iguaçu. Neste centro de educação é dada formação técnica em agroecologia a jovens assentados. Geralmente, durante o período em que os cursos ocorrem os educandos moram no próprio colégio, como foi possível observarmos em uma das visitas a campo.

Já no assentamento Celso Furtado existe dez colégios destinados ao Pré e o Ensino Básico e mais três grandes centros onde são ofertados o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Esses colégios são suficientes para que todos os moradores do assentamento que frequentam as séries do 1º grau não precisem se deslocar para poder estudar.

Ressaltamos que apesar desses colégios dos três assentamentos estudados representarem uma proposta alternativa ao modelo educacional ainda podem-se notar muitos problemas neles, como a precária infraestrutura, a escassez de materiais didáticos e principalmente, a dificuldade de contratação de professores que atendam a demanda. Todavia, representam uma conquista, já que se pensa a reforma agrária como um processo que vai além da conquista da terra, atingindo outras dimensões essenciais para a vivência dos camponeses. Assim, a educação ofertada nos assentamentos é entendida como parte da dimensão política da territorialidade, porque representa uma tática de permanência na terra não só para a atualidade, como também para o futuro, no caso, os jovens.

⁷ São denominadas de “escolas itinerantes” as escolas que funcionam em caráter nômade nos acampamentos do MST.

Portanto, a conscientização de classe é um elemento de crucial importância para que o assentamento represente uma mudança positiva na vida desses camponeses. Isso porque o capital, representado pelo agronegócio, busca influenciar as ações desenvolvidas nos lotes dos camponeses, modificando suas territorialidades, conforme demonstra o depoimento de Élder Marcelites:

A partir do momento que eles vão pros lotes, eles vêem a sua vida, sua forma de produção mudar com a entrada do capitalismo mais forte no campo. A partir da monocultura, percebe assim, que é um território em plena disputa. Então, se você conversa com algumas pessoas que compreendem mais essa questão, eles percebem que o assentamento é um território em pleno campo de disputa. (Elder Marcelites - Liderança do PA Celso Furtado - 15/03/2010).

Fica claro o entendimento de que o capital visa ter o controle do território do assentamento dos camponeses. O agronegócio é um inimigo a ser enfrentado. O camponês não pode ser enxergado como parte das relações capitalistas e sim como detentor de uma proposta diferente da que elas ofertam. Evidentemente, existem territorialidades do capital no assentamento e nem todos os assentados tem esse grau de conscientização exposto no relato acima. Entretanto, julgamos que esta ideia transmite de maneira objetiva o entendimento do MST, que é o principal movimento presente no assentamento.

Esses exemplos demonstram que é inegável a influência do MST na organização política dos assentados. Estes incorporam os ideais de sociedade do movimento, fazendo com que a luta pela permanência na terra travada no assentamento ocorra concomitantemente a outras lutas por um modelo de sociedade diferente do que atualmente é ditado pelo capital.

Dimensão ambiental

A compreensão sobre a territorialidade desenvolvida na dimensão ambiental dos territórios dos PA's estudados nessa pesquisa também passa pela consideração dos pressupostos de valorização da agricultura camponesa adotados pelo MST. Os assentamentos aqui estudados representam uma mudança no paradigma de desenvolvimento nos territórios onde são implantados. Representam a substituição do latifúndio por pequenos lotes onde passa a ser desenvolvida a agricultura da base familiar.

Um dos argumentos usados pelo MST para desqualificar o uso dos territórios por parte do capital é que esse agride o meio ambiente, já que se desenvolve sem levar em consideração os efeitos nocivos que suas atividades exercem sobre os recursos naturais. Assim, os assentamentos controlados pelo movimento deveriam apresentar uma proposta diferente, onde o desenvolvimento econômico das famílias ocorresse de maneira sustentável, sem prejuízos ao meio natural. Os territórios dos assentamentos não podem apresentar o mesmo desprezo para com as questões ambientais como os territórios geridos pelo capital.

Entretanto, em nível nacional, as dificuldades para fazer com que um assentamento seja ambientalmente sustentável são muitas (HADDAD, 2009), caracterizando-se como uma das principais limitações dos projetos efetivados pelo INCRA até o presente momento. Muitas famílias são assentadas em áreas de pouca produtividade, o que obriga os assentados a maximizarem o uso do território. Além do mais, a falta de recursos e informações por parte dos assentados faz com que em muitos casos eles usem o território de maneira agressiva ao meio natural mesmo sem o saberem. Assim, muitos assentamentos tiveram em seus territórios

uma superação dos índices de desmatamento permitido, além de outros agravantes ambientais (HADDAD, 2009).

Os assentamentos do tipo PA devem obedecer ao que é previsto no artigo 16º da Lei Federal n.º 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro), o qual exige que seja observada uma área de 20% ou mais do total do território do assentamento como área de reserva legal. Quem escolhe qual área dos assentamentos que vai ser destinada para esta especificação são os órgãos competentes e não os próprios assentados. Também influenciam na definição dessas áreas: “a função social da propriedade, o plano de manejo da bacia hidrográfica; o plano diretor municipal; o zoneamento ecológico-econômico, e proximidade geográfica de outras unidades de conservação” (HADDAD, 2009, p. 33). É importante salientar, que as áreas de reserva legal podem ser exploradas desde que seja elaborado um plano de manejo sustentável. De tal forma, nas visitas a campo buscamos saber se essas áreas existiam e como elas se relacionavam com as concepções dos assentados.

Dos três assentamentos analisados, nenhum possui 20% do seu território como reserva legal. Nos PA Ireno Alves dos Santos e Celso Furtado, ela corresponde a 18% e no Marcos Freire, a 6%. Essas áreas são importantes para conservação da flora e da fauna nos assentamentos e os assentados sabem que preservá-las é de grande importância para que a reforma agrária não seja tida como um fracasso. Isso é mostrado no depoimento de Danilo Almeida, que fala sobre a tentativa das lideranças dos assentados nos PA's Ireno Alves e Marcos Freire não prejudicar a área de reserva já existente e aumentá-la através de espaços dos lotes:

[...] no Marcos Freire tem uma parte, inclusive, que está tendo uns problemas de algumas pessoas que entraram na reserva e pela terceira vez nós tiramos. Levamos para uma área no assentamento e tal, mais aí sempre aparece um novo sem-terra que precisa e vai lá é uma briga. Mais tem a área e nós estamos, inclusive, fazendo um trabalho pra ver se a gente poderia ampliar. Têm vários assentados que tem deixado um pedaço de mato, seja dois hectares, seja menos, seja o tamanho que for. Aí estamos discutindo e construindo essa consciência social junto do grupo das famílias assentadas pra que a gente pudesse ampliar a área de reserva, porque legalmente aí a gente tem um déficit no Ireno Alves bem pequeno, mais no Marcos Freire um pouco maior e daí várias famílias falaram: “Não! eu concordo que eu posso averbar aqui a minha cabeceira de área com esse matinho aqui [...]” (Danilo Almeida - Liderança do PA Ireno Alves dos Santos - 16/03/2010).

Portanto, o depoimento destaca que as lideranças buscam formar uma consciência social junto aos assentados para que eles contribuam para que os assentamentos cumpram o que a lei exige a respeito da área de reserva legal.

No PDA do Celso Furtado é demonstrado que o território do assentamento deve ser um espaço privilegiado de reprodução da fauna e da flora. Parte do assentamento está inserida no corredor de biodiversidade do rio Iguazu.⁸ Essa iniciativa, somada a prática da agricultura orgânica demonstra como busca-se gerar uma relação de complementaridade entre o desenvolvimento econômico das famílias assentadas e a conservação do meio natural.

Além dessas áreas de reserva legal, os assentamentos também possuem área de preservação permanente. A definição dessas áreas é estabelecida no Código Florestal de 1965. Eles visam conservar parcelas de uma determinada propriedade que são tidas como

⁸ Corredores de biodiversidade são espaços que visam ligar determinadas áreas de características físico-naturais entre os espaços que possuem população para que a fauna e a flora possam se reproduzir.

ecologicamente importantes. Dentre essas incluem-se: as áreas de mananciais, as encostas, desde que tenham mais de 45 graus de declividade, os manguezais e as matas ciliares. Nas resoluções 302 e 303/2002 elaboradas pelo Conselho Nacional do Meio-Ambiente (CONAMA) fica estabelecido que em propriedades rurais deve ser respeitada uma distância de 100 m entre as edificações e os corpos d'água, com exceção dos que possuem menos de 20 ha de superfície, quando a distância mínima é de 50 m. Para os morros e montanhas na delimitação dessas áreas são levadas em consideração as curvas de nível.

Essas áreas correspondem a 9% do PA Ireno Alves dos Santos, 10% do Marcos Freire e 17% do PA Celso Furtado. É importante salientar que essas especificações referem-se a todas as propriedades rurais, não são elaboradas apenas para os assentamentos rurais. Os PCA's dos PA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire e o PDA do Celso Furtado demonstram que parte dessas áreas de preservação estão degradadas, todavia, na maioria dos casos, essa degradação ocorreu ainda no período do latifúndio e após o assentamento das famílias.

O que nos chamou a atenção nas entrevistas realizadas foi o fato de os assentados não considerarem estas áreas como obstáculos para o desenvolvimento econômico dos assentamentos. Sempre se considera que a evolução econômica deve acompanhar o respeito às questões ambientais.

Considerações finais

Através desta análise constatamos que os PA's são formados pela pressão dos camponeses que impulsionam o Estado a agir em favor da reforma agrária. Esses assentamentos são formados no conflito manifestado na luta pela terra. Assim, a identidade dos camponeses Sem Terra, unidos nos movimentos socioterritoriais e suas demandas contribuem para a configuração desses territórios.

O processo de luta pela terra forma uma consciência que valoriza o coletivo nesses camponeses, de maneira que eles entendam que só será possível a sua reprodução social se a luta por um pedaço de terra for tratada por eles como uma luta que está inserida em um processo de enfrentamento contra o capital.

Com isso, o território desses assentamentos é constituído através da prática dos camponeses, por onde se busca propor um modelo de desenvolvimento diferente do que é proposto pelo capital.

Referências

COTRARA – COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Celso Furtado**. Curitiba, 2007.

ENGELMANN, S. Reconstruindo a casa humana (Entrevista com Elemar Cezimbra). São Paulo: **MST**, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/book/export/html/8618>>. Acesso em: 29 out. 2010.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST (1979-1999)**, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HADDAD, L. N. **Analisando as tensões entre produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos de reforma agrária, Campos dos Goytacazes, RJ**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

HAMMEL, A. C.; SILVA, N. J. C.; ANDREEATTA, R. **Escola em movimento: a conquista dos assentamentos - Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**. Rio Bonito do Iguçu, 2007.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Consolidação do Assentamento Ireo Alves: Rio Bonito do Iguçu e Nova Laranjeiras - PR**. Brasília, 2004.

_____. **Plano de Consolidação do Assentamento Marcos Freire: Rio Bonito do Iguçu - PR**. Brasília, 2006.

MISNEROVICZ, V. Precisamos implantar nossos modelos nos assentamentos. São Paulo: **MST**, 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5327>>. Acesso em: 03 out. 2009.

MORO, D. A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. **Geografia Social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Maringá. 2000. p. 27-60.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Carta do 5º Congresso Nacional do MST. São Paulo: **MST**, 2007. Disponível em: <<http://http://www.mst.org.br/especiais/10>>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Educação: uma bandeira histórica do MST. São Paulo: **MST**, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6214>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, R. L. B. R. **Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás - GO**. Presidente Prudente, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.